



GT 66. Poder, diferença e transformação na África Contemporânea

Coordenador(es):

Melvina Afra Mendes de Araújo (UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo)

Paulo Ricardo Muller (UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul)

Os estudos africanos no Brasil vêm se consolidando a partir da organização de grupos de pesquisa, GTs em congressos de Ciências Sociais, Antropologia e História e seminários, assim como pela publicação de livros e dossiês em revistas sobre o tema. A Antropologia, de modo especial, vem se dedicando à compreensão de disputas em torno da construção social da contemporaneidade a partir da diversificação e complexificação de olhares sobre processos e narrativas constitutivas de diferentes contextos socioculturais africanos. Visando criar mais uma possibilidade de diálogo entre pesquisadores que se debruçam sobre temas concernentes ao continente africano, acolheremos trabalhos de viés etnográfico, teórico e/ou histórico que pensem questões referentes aos aspectos políticos, simbólicos e práticos que permeiam processos sociais e históricos de diferenciação e de articulação entre diferentes configurações de poder “tradicional” e estatal, colonial e pós-colonial, religioso e secular, institucional e informal, etc.

Gênero, Poder e Política em Guiné-Bissau Independente

Autoria: Peti Mama Gomes (UFPA - Universidade Federal do Pará), Peti Mama Gomes, Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Bolsista da Coordenação

A república da Guiné-Bissau, foi a primeira das colônias portuguesas na África, a conquistar sua independência oficializada em setembro de 1974. Após esta data, iniciou-se o rumo político de um “novo Estado”, isto é, um estado deixado totalmente nas mãos do povo guineense. O país, desde então - independente e administrado por dirigentes políticos guineenses, teve ao longo suas primeiras aberturas multipartidárias em 1994, o que foi chamado por uma das intelectuais guineenses Monteiro Cande (2013) de “nascimento do novo Estado” com um sistema de partido único PAIGC. No entanto, a mais recente literatura contemporânea da inserção de mulheres na estrutura do Estado em Guiné-Bissau, tem o seu enfoque direcionado a discussões sobre a sua participação e inclusão em todas as esferas de tomada de decisão desde a primeira constituição da República. Assim, esta comunicação será, portanto, resultado de análise e abrangência do alcance sócio-político-ideológico da estrutura do Estado nacional guineense “reconstruído” pós independência a partir das primeiras eleições multipartidárias (presidenciais e legislativas) que tiveram lugar em três de julho de 1994. A premissa é de que, mulheres estão fracamente inseridas e envolvidas nas estruturas do Estado guineense por desempenharem um papel fundamental em outras esferas privadas (familiar, redes comunitárias, associações, cooperativas, dentre outros espaços sociais) uma vez que são responsáveis pelas atividades econômicas “informais” no país. Entre as indagações que nortearão nossa pesquisa (que está em andamento), podemos sintetizar a partir da ideia de que há outras fontes ou tipos de poder em que as mulheres exercem suas forças. Afinal, um grupo de mulheres que se responsabilizam por mais de metade de economia nacional através das suas atividades diárias, pode sugerir que as mesmas sejam ausentes em outros lugares, como no caso das instituições públicas “Estado”. Portanto, compreender neste caso a construção social da contemporaneidade do estado nacional guineense busco inspirações na antropologia e com ela ir além da compreensão das narrativas dos contextos socioculturais na Guiné-Bissau.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: